



MR 015. Diversidade Sexual e de Gênero, Nação e Política

Coordenador(es):

Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)

Participantes:

Estêvão Rafael Fernandes (Univ. Fed. de Rondônia)

Fátima Lima (UFRJ)

Braulina Aurora (Braulina Baniwa)

Os silenciamentos, apagamentos e/ou enquadramentos reguladores da diversidade sexual e de gênero são instrumentos inseridos em um dispositivo essencializador e naturalizador – sustentado pelos sistemas médico-científico e jurídico-normativo – de produção do projeto hegemônico de nação em países (ainda) submetidos à situação colonial – uma nacionalidade geralmente euronorcentrada, racialmente marcada, heteronormativa e reprodutora de múltiplos colonialismos internos. Trata-se aqui de abordar esses dispositivos de silenciamentos, apagamentos e/ou enquadramentos reguladores da diversidade sexual e de gênero no âmbito dos processos de construção e manutenção de identidades e ideologias nacionais, numa perspectiva comparada, multissituada ou global consciente dos efeitos múltiplos das (novas) situações coloniais e verificar, assim, a relação do campo de produção de conhecimentos acadêmicos com esses instrumentos e dispositivos no seio daqueles processos. Serão apresentados resultados de pesquisas já realizadas ou em andamento, reflexões teóricas e propostas metodológicas inovadoras que contribuirão para a compreensão da articulação de marcadores sociais da diferença – tais como gênero, sexualidade, raça, classe, geração, religião etc. – com os projetos nacionais e as discursividades nacionalistas.

Diversidade Sexual e Crítica Colonial como Prática Antiautoritária

Autoria: Estêvão Rafael Fernandes (Univ. Fed. de Rondônia)

Esta comunicação parte de uma pergunta aparentemente simples: Por que discutir gênero e sexualidade em contextos não-hegemônicos incomoda, tanto política quanto epistemicamente? Minha hipótese é que isso ocorra justamente por essas questões acessarem temas tais como colonização, dominação, normalização, enquadramentos diversos, problematizando questões relacionadas à gênese da própria constituição de conceitos como nação, nacionalismo, racismo, indigeneidade, autoritarismo e controle moral. Nossa intenção aqui será por essas categorias em relação não apenas entre si, mas também em relação à atual conjuntura brasileira. De que forma a maneira como essas categorias tem sido postas em jogo na arena pública, ou de que maneiras elas podem ser desconstruídas? O que isso nos diz sobre poder, inclusive dentro da academia? Em suma, a quem incomoda essa discussão e quais são os termos, nessa discussão, que incomodam. Onde esse incômodo e essa problematização nos levam, política e epistemologicamente?

Negridade e Nação: bio-necropolíticas e resistências viscerais em corpos infinitos

Autoria: Fátima Lima (UFRJ)

Partindo da ideia de que é impossível discutir a modernidade e, conseqüentemente, a invenção da nação sem levar em conta a relação indispensável que acontece entre modernidade-nação e a racialidade, sendo esta última a espinha dorsal que sustentou tal projeto através do que Denise Ferreira da Silva (2019) chama de



dialética racial, o presente texto se ocupa brevemente de pensar o projeto Estado capital-racial tendo a democracia como contexto analítico. Destarte, a noção de bio-necropolítica como trabalhada por Fátima Lima (2018) emerge como um conceito intercessor importante para pensar as relações raciais em contextos brasileiros. Por fim, a negridade aparece como uma experiência que possibilita a construção de resistências viscerais num projeto de nação brasileira que é racista, sexista e genocida.

Saúde, Sexualidade Indígena e Cuidados com o Corpo

Autoria: Braulina Aurora (Braulina Baniwa)

Resumo: Este artigo busca apresentar uma reflexão, partindo do resultado de dois encontros e participação no documentário, sobre a sexualidade indígena, a partir do ponto de vista de uma mulher indígena, ativista que defende os direitos indígenas, de gênero e de mulheres, de forma interpretativa e desde uma perspectiva de indígenas em processo de aceitação de sexualidade. O nosso objetivo é apontar como ações de colonização, partindo das igrejas não-indígenas violaram o direito de práticas sexuais e culturais dos povos indígenas, no contexto de saúde e cuidado com o corpo, que é resultado do contato violento com os povos indígenas. Para expor essa resistência e resiliência, se faz necessário uma reflexão e debates, partindo dos encontros que aconteceram no centro de convivência do coletivo dos estudantes na UnB. Indo na linha de entendimento e acesso aos direitos sobre o corpo, um debate necessário, no cenário de diversidade de prática de violência, ser indígenas nos espaços de formação.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: